



Índice

- 01** Justiça Federal nega reintegração de posse a particulares e mantém índios Guarani em suas terras em S. Bernardo do Campo
- 02** Indígenas e agricultores dizem que não vão aceitar troca de terras proposta pelo Piratini
- 03** Índios de MS prometem resposta a PEC 15
- 04** Kátia Abreu apresenta projeto para conter invasões de terras por índios
- 05** Demarcação de terras indígenas será debatida na Câmara
- 06** Benefício social vira "bolsa cachaça" para índios em Minas
- 07** Turma de professores indígenas é formada no Pará
- 08** Urgente: Conflito entre índios Xakriabá e fazendeiros fica acirrado no Município de Itacarambí (MG)
- 09** Deputados querem informações do IBGE sobre distribuição dos índios no Brasil
- 10** Nova Casa de Saúde vai melhorar atenção aos índios do Araguaia



Justiça Federal nega reintegração de posse a particulares e mantém índios Guarani em suas terras em S. Bernardo do Campo
SÍTIO PR/SP, 02.09.2013

Laudo antropológico do MPF demonstra que terras são tradicionalmente ocupadas pelos índios; área já foi identificada e delimitada pela Funai

Seguindo manifestação do Ministério Público Federal, a Justiça Federal indeferiu pedido de reintegração de posse movido por particulares que resultaria na expulsão de uma comunidade indígena da etnia Guarani de suas terras em Curucutu, São Bernardo do Campo.

A decisão, em caráter liminar, é do dia 26 de agosto. De acordo com a juíza federal substituta Karina Lizzie Holler, "não há elementos suficientes para justificar a reintegração pretendida, devendo ser mantida a ocupação dos índios até a decisão final (do processo)".

Em março de 2013, um grupo de sete pessoas propôs contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) uma ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, sob a alegação de que terras de sua propriedade no Sítio Curucutu, no Bairro Curucutu, em São Bernardo do Campo, haviam sido invadidas por indígenas, que teriam construído casas no local e promovido o desmatamento da área.

PERDAS E DANOS. Na ação, de número 0001749-67.2013.403.6114, esses particulares pediam a imediata reintegração de posse, com a expulsão dos indígenas do local, e, ao final, que a Funai fosse condenada a ressarcir eventuais perdas e danos.

Como se trata de processo que envolve direitos de povos indígenas, o MPF passou a ser parte no processo, ao lado da Funai. Em sua manifestação, o procurador da República Steven Shuniti Zwicker, além de apontar uma série de equívocos formais no pedido de reintegração de posse, destaca que os autores nem sequer mencionaram que a área encontra-se em processo de demarcação.

Foi ignorada a existência do Processo Administrativo Funai/BSB 633/2004, que visa à demarcação da Terra Indígena (TI) denominada Tenondé Porã, com extensão total de aproximadamente 15.700 hectares, ocupada pelos Guarani. De acordo com a antropóloga Deborah Stucchi, do MPF, nesse caso específico trata-se do subgrupo Guarani identificado como Mbyá.

O grupo de particulares alega ser proprietário das terras desde 1975; como prova, apresentaram escritura de compra e venda outorgada em 1975. Testemunhas afirmam, entretanto, que os supostos proprietários raramente frequentam o local, o que é confirmado inclusive pelo depoimento pessoal de um dos autores da ação. Essa mesmas testemunhas confirmaram a presença habitual de índios na propriedade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2013

Brasília, 03 de setembro de 2013.

Para a Justiça, a presença habitual foi considerada indício suficiente de que o local é terra indígena, e portanto não seria cabível a reintegração.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Estado de S. Paulo
Mais informações à imprensa: Gabriela Rölke
11-3269-5068/5368
ascom@prsp.mpf.gov.br
www.twitter.com/mpf_sp



Indígenas e agricultores dizem que não vão aceitar troca de terras proposta pelo Piratini

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 02.09.2013

Governo estadual oferece mais de 6 mil hectares à União para resolver conflito de terras no Interior

Tanto o presidente da Fetag, que representa os agricultores familiares do Rio Grande do Sul, quanto um líder indígena kaingang do Norte do Estado consultado pela reportagem rejeitaram, hoje à tarde, a ideia de trocar as terras que estão em litígio na região pelos mais de 6 mil hectares que o Piratini ofereceu hoje à União para dissolver o conflito. Nessa manhã, o governo anunciou a proposta de vender os terrenos ao governo federal em uma tentativa de reduzir as disputas entre os índios, que defendem a demarcação de terras tradicionais, e os agricultores, que compraram essas terras da União durante o período de colonização.

Segundo o presidente da Fetag, Elton Weber, é impensável que os agricultores deixem as terras, sobre as quais detêm inclusive escritura. Weber propõe que o governo assente, nos nove terrenos divulgados hoje, a população indígena.

Já Augusto Kaingang, liderança indígena de Iraí, no Norte do Estado, região que registra cerca de 90% dos conflitos, adverte que o direito às terras tradicionais está previsto na Constituição de 1988 e que os grupos "não vão arredar pé". Segundo ele, o governo deve garantir as demarcações de terras aos índios e quilombolas, como previsto em lei, e indenizar os pequenos agricultores a quem a União "vendeu uma mula roubada".

A proposta de reassentamento, trazida nessa manhã pelo secretário-chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, ocorre três dias depois de grupos indígenas protestarem em frente ao Piratini pedindo aceleração na demarcação de terras. No mesmo dia, pequenos agricultores reivindicaram, durante a abertura oficial da Expointer, o fim das demarcações pela Funai.

Segundo Pestana, o governador já solicitou ao Ministro da Justiça a ajuda da Força Tarefa Nacional e da Polícia Federal para auxiliar nas mediações devido ao acirramento dos conflitos. Apesar dos direitos envolvendo índios caberem à esfera federal, o Piratini pretende se colocar como um mediador nos conflitos.



Índios de MS prometem resposta a PEC 15

SÍTIO RONDA DO MS, 02.09.2013

Lideranças afirmam que estão sendo enrolados pelo Governo Federal. Famasul concorda com a afirmativa feita pelos terena.

Indígenas da etnia terena de Mato Grosso do Sul divulgaram uma carta aberta nesta segunda-feira (2), por meio do advogado que os representa, Luiz Henrique Eloy, afirmando que responderão "à altura" caso seja criada comissão especial para analisar a PEC 215. A proposta torna competência do Legislativo a demarcação de terras. "Nós, lideranças indígenas, não iremos aceitar mais esta imposição contra os nossos direitos", diz a nota.

O texto foi escrito durante reunião entre as lideranças terena na sexta-feira (30) na aldeia Cabeceira em Nioaque, a 187 km de Campo Grande. Os indígenas afirmam que estão sendo enrolados pelo Governo Federal porque enquanto reuniões são marcadas de 15 em 15 dias, "a bancada do agronegócio continua articulando proposições no Congresso Nacional para tirar nossos direitos".

"Enquanto estamos nas mesas de negociações esperando o governo demarcar nossos territórios, os ruralistas não pararam com suas manobras anti-indígenas", afirmam as lideranças.

A carta não detalha quais serão as atitudes que os terenas prometem tomar caso seja criada a comissão da PEC 215. Os indígenas afirmam apenas que as ações ocorrerão "juntamente com todos os povos indígenas do Brasil".

Fazendeiros

Sobre a carta aberta, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, disse, por meio da assessoria de imprensa, que concorda com os índios quando eles dizem que o Governo Federal está enrolando para apontar solução para o conflito.

No entanto, segundo ele, a entidade repudia o fato de os terena afirmarem que terras legitimamente na mão dos produtores pertencem aos indígenas. Sobre a PEC, ele disse que o assunto não envolve os produtores.

Confira a carta das lideranças terena na íntegra:

"Aldeia Cabeceira, Terra Indígena Nioaque

Nós, lideranças Terena reunidas no dia 30 de agosto de 2013, na Aldeia Cabeceira – Nioaque/MS, por ocasião da reunião realizada no Ministério da Justiça, no dia 27 de agosto do corrente, em Brasília, viemos a público expor:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2013

Brasília, 03 de setembro de 2013.

Não iremos mais tolerar reuniões para marcarem outras reuniões!

Enquanto o Governo Federal nos enrola marcando reunião de 15 em 15 dias, a bancada do agronegócio continua articulando proposições no Congresso Nacional para tirar os nossos direitos, tais como PEC 215 e PLP 227.

No próximo dia 04 de setembro de 2013, está na pauta do Congresso Nacional a instalação da Comissão Especial da PEC 215, e nós, lideranças indígenas não iremos aceitar mais esta imposição contra os nossos direitos.

Iremos dar uma resposta à altura, caso seja instalado a Comissão Especial da PEC 215!

Enquanto estamos nas mesas de negociações esperando o Governo demarcarem nossos territórios, os ruralistas não pararam com suas manobras anti-indígena.

Nós, POVO TERENA não iremos recuar! Estamos atentos a todas as manobras do Governo, no sentido de nos desmobilizar.

Denunciamos a postura do Estado de Mato Grosso do Sul em não colaborar na resolução dos conflitos fundiários, sob argumento de ser da responsabilidade da União. O estado de Mato Grosso do Sul tem responsabilidade sim, pois foi ele quem titulou as terras, entregando ao agronegócio para explorar nossos recursos naturais e favorecer as tradicionais famílias influentes deste Estado.

Caso seja instalada a Comissão Especial da PEC 215, no dia 04 de setembro, NÓS, POVO TERENA, iremos dar uma resposta à altura, juntamente com todos os Povos Indígenas do Brasil.

Povo Terena,

Povo que se levanta!"

- G1 MS



Kátia Abreu apresenta projeto para conter invasões de terras por índios

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 02.09.2013

A senadora Kátia Abreu (PSD-TO) apresentou em Plenário, nesta segunda-feira (2), projeto de lei que visa impedir que terras invadidas por índios sejam desapropriadas para demarcação de reservas. A parlamentar, que mencionou as crescentes ocupações em vários estados, argumentou que "não há mais quem aguente" as invasões por índios, salientando que as pequenas propriedades são as mais prejudicadas.

- Tentamos construir um diálogo. Mas, a cada dia que passa, ao invés de diminuir a insegurança jurídica, ao invés de diminuir as invasões por parte dos índios nas áreas de produção do país, elas estão aumentando - lamentou.

Segundo o projeto de Kátia Abreu, a terra invadida não poderá ser demarcada, medida ou vistoriada por dois anos, estendendo-se a vedação por igual período em caso de reincidência na invasão. Para ela, o projeto "não beneficia e nem prejudica ninguém", mas resgata o dever do Estado de conter as invasões.

- Não é possível que o Brasil, um país emergente, que já caminha para país desenvolvido, ainda insista em não resolver os seus problemas fundiários, coisa de país subdesenvolvido, coisa de país da Idade Média, onde luta-se e briga-se com arco e flecha, com arma de fogo, por conta de um pedaço de chão - disse.

Kátia Abreu ainda lembrou que, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), 45 milhões de hectares de área produtiva - "90% de toda a área de grão que o país planta hoje" - foram transformados em reservas indígenas e unidades de conservação ambiental. A senadora declarou que não se opõe ao desejo dos índios, mas alertou que organismos internacionais têm financiado o deslocamento de populações indígenas para ocupações distantes de suas terras tradicionais.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS), em aparte, citou o problema das invasões em seu estado e apoiou a alternativa da desapropriação em respeito aos "donos legítimos" das terras. Por sua vez, o senador José Agripino (DEM-RN) cumprimentou Kátia Abreu pelo discurso: em sua opinião, a insegurança dos produtores pode prejudicar os investimentos no agronegócio e reduzir a competitividade da produção brasileira.

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Demarcação de terras indígenas será debatida na Câmara

SÍTIO CORREIO DO POVO, 02.09.2013

Ministra Gleisi Hoffmann receberá deputados para discutir o assunto

A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, receberá, em audiência na quarta-feira, às 15h30min, um grupo de parlamentares da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra), da Câmara dos Deputados. O assunto em debate será a demarcação de terras indígenas.

O deputado federal gaúcho Jerônimo Goergen (PP/RS), presidente do grupo, explica que o encontro faz parte da agenda de trabalho em busca do novo modelo para tratar a questão, que gerou protestos e medidas por parte do governo Tarso. "Queremos saber da ministra com andam as tratativas sobre o decreto que prevê a inclusão de outros órgãos de governo nos processos de homologação de reservas", disse ele.

Goergen lembra que em audiência pública realizada em maio, na Comissão de Agricultura da Câmara, a ministra anunciou mudanças no sistema de demarcação e garantiu a suspensão de novos processos. "Até agora nem uma coisa nem outra aconteceu na prática", disse o deputado.

O parlamentar observa que nos três últimos meses, a Fundação Nacional do Índio (Funai) publicou cinco novas portarias propondo a criação de terras indígenas em diversos Estados. "O governo não age, somente reage quando a situação chega ao limite. Essa omissão pode custar novas vidas no campo", adverte. Também na quarta-feira deve ser instalada a comissão especial da PEC 215/00, que transfere para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de áreas indígenas.



Benefício social vira "bolsa cachaça" para índios em Minas

SÍTIO HOJE EM DIA, 02.09.2013

BERTÓPOLIS – Vítimas do alcoolismo, do desajuste social e da marginalização econômica, índios maxakali circulam pelas ruas de cidades que fazem divisa com as aldeias Água Boa e Pradinho, no Vale do Mucuri, como indigentes.

Não bastassem as condições sub-humanas, eles são explorados. Para ter crédito no comércio, precisam entregar senhas e cartões bancários e sociais, como do Bolsa Família, como garantia de pagamento. Os produtos adquiridos são quase sempre superfaturados. Pagam R\$ 30 pela sacola de arroz ou fubá e até R\$ 50 por uma garrafa de cachaça.

Embora vender bebida alcoólica a índios seja crime, com pena de seis meses a dois anos de prisão, a chamada "caiboca" (cachaça) é farta entre eles. A negociação, que muitas vezes envolve a troca de alimentos, acontece em ruas escuras ou em endereços acima de qualquer suspeita, como fazendas.

Há um ano e meio em Bertópolis, o subcomandante do destacamento da Polícia Militar, sargento Eliomar Alves, nunca realizou um flagrante. De acordo com ele, os índios protegem os fornecedores. "Os comerciantes não vendem. O problema são os atravessadores".

Embriaguez

Fonte de uma euforia momentânea, a cachaça é a principal causa de brigas e mortes violentas na aldeia. Foram registrados cinco assassinatos em menos de um ano. Entre as vítimas está um bebê de 9 meses, atingido acidentalmente com um golpe de facão durante uma briga.

Há duas semanas, um índio matou o irmão de 21 anos com chutes na cabeça. Como a PM não entra na aldeia, a ocorrência foi confeccionada de longe, e o acusado sequer foi ouvido. "O professor (indígena) trocou o aparelho de som por seis garrafas pet de cachaça e deu para tikmûûn (índio). Quero xingar quem bebe cachaça", diz Marcos Maxakali, irmão dos envolvidos.

Ilegal

Também seguem incólumes os comerciantes e lojistas que retêm os cartões e senhas dos índios para assegurar o pagamento das contas. Segundo o coordenador técnico da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Santa Helena de Minas, Adilson Andrade, o crime virou "costume" depois que alguns maxakalis deram calote, comprando em lugares diferentes sem pagar as contas anteriores.

CONT.



“Já pegamos um cartão de volta, mas o índio retornou ao comércio no mesmo dia para devolvê-lo. Não teria onde comprar. Isso é caso de polícia”, afirmou Andrade. Outro problema são os empréstimos consignados que endividam, cada vez mais, os índios maxakali.

Frustração

Segundo o psicólogo que atende às aldeias, Ronaldo Santiago, explorados e violados em seus direitos constitucionais, os maxakalis bebem para esquecer as frustrações. Com o efeito do álcool, diz ele, os índios vestem uma “capa de onça”, que dá força e coragem, em especial para se relacionarem com o povo branco.

Embragados, costumam cantar lamentações ou choram copiosamente, caídos nas praças e calçadas. “Insistimos em trabalhos de educação e saúde, mas sem apoio, em especial dos municípios, pouco alcançamos”.



Turma de professores indígenas é formada no Pará

SÍTIO CEDEFES, 02.09.2013

23 índios da etnia Tembé participaram da solenidade de formatura. Eles se formaram em Magistério Indígena

Índios da etnia Tembé, do estado do Pará, e da etnia Kapoor, do Maranhão, participaram na noite ontem, sábado (31), no município de Tomé-Açu, no nordeste paraense, da solenidade de colação de grau do curso de formação em Magistério Indígena, ofertado pela Escola Itinerante de Formação de Professores Índios do Pará, da Secretaria de Estado de Educação (Seduc). De beca, cocares, colares e rostos pintados, 23 índios receberam seus diplomas.

O curso que teve duração de quatro anos. As aulas foram realizadas em oito módulos para cerca de 300 alunos, divididos em seis municípios polos: Oriximiná, Capitão Poço, Paragominas, Santarém, Marabá, São Félix do Xingu e Altamira. No polo de Capitão Poço, as aulas foram realizadas em duas etapas anuais, com 30 dias de aula em cada etapa.

Os professores da Seduc, que têm em seu histórico curricular experiência com educação indígena, se deslocaram até os municípios polos para ministrar as aulas. Os índios deixaram suas aldeias para acompanhar o curso.

“O mais difícil para nós, sem dúvida, foi ter que deixar a nossa aldeia e ficar longe de nossos parentes. Muitos não conseguiram concluir, mas para os que foram até o fim, com certeza, esse esforço foi recompensado, e com essa formação nós estamos dando um passo muito importante em nossas vidas”, disse a índia Lidia Tembé, 25 anos, moradora da aldeia Pitawa, distante 24 quilômetros do município de Tomé-Açu.

Para Raimundo Sena Tembé, 30 anos, da aldeia Nova, também próxima a Tomé-Açu, a formatura dos indígenas é um momento muito especial para as aldeias. “Sonhávamos com esse dia, em que nós teríamos dentro das nossas aldeias professores índios para ensinar e atender as demandas do nosso povo. Quem melhor do que nós, índios, para educar o nosso povo?”, declarou Raimundo, que foi o orador da turma.

Juramento

Durante a solenidade de colação, o momento mais importante para os formandos foi o juramento, feito pelo paraninfo da turma e líder da etnia Tembé, Kokoixunti Tembé. Ele pediu para que os índios, agora professores, assumissem a responsabilidade com os direitos de suas aldeias, por meio de uma atuação em favor da comunidade e da construção de uma escola com autonomia, que afirme a identidade do seu povo.

A professora Andrea Campelo, coordenadora do curso e professora de Educação Indígena da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2013

Brasília, 03 de setembro de 2013.

Seduc, relembrou as dificuldades enfrentadas e o esforço feito por todos. "Vejo este dia como um momento histórico. Nós sabemos da dificuldade que eles passaram. Mas graças ao governo do Estado, através da Seduc, a realização deste sonho foi possível. Os índios sempre foram muito discriminados pela sociedade, e com essa conquista eles irão voltar às aldeias qualificados, e com a possibilidade de gerar grandes mudanças em suas terras", afirmou.

Segundo o coordenador de Educação Indígena da Seduc, Giano Quintas, existem no Pará 13 mil alunos indígenas, sendo 2 mil sob a responsabilidade do Estado, e o restante dos municípios. No ano passado, o curso formou outros 130 índios. Está prevista, ainda para este ano, a formação de outra turma de indígenas, de aldeias dos municípios de São Félix do Xingu e Altamira.

Fonte: Por G1 PA

Urgente: Conflito entre índios Xakriabá e fazendeiros fica acirrado no Município de Itacarambí (MG)

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 02.09.2013



O clima ficou tenso após tentativa de negociação entre fazendeiros e indígenas. Mais de 500 índios dentre mulheres, crianças, idosos e jovens estão neste momento na Fazenda São Judas Tadeu, localizada na comunidade denominada Vargem Grande, região do Vale do Peruçu no Município de Itacarambí. Os índios reivindicam imediata demarcação do território Xakriabá. Na manhã de hoje (02), a Polícia Militar foi acionada pelos fazendeiros a fim de lavrar o boletim de ocorrência.

Lideranças afirmam que foram ameaçadas pelo filho do fazendeiro que afirmou, na frente da Polícia Militar, que "se os índios não quiserem o acordo e não resolverem o problema, a coisa vai ficar feia". O Povo Xakriabá afirma que não fará nenhum acordo, pois o processo já esta na justiça.

Para amanhã está prevista reunião das lideranças indígenas de todas as aldeias com parceiros e assessoria jurídica para discussão dos rumos da luta pelo território.

A retomada

Neste domingo (01), cerca de 300 indígenas Xakriabá retomaram mais uma parte do seu território. A área retomada é ocupada pela Fazenda São Judas, composta por 6.000 (seis mil hectares), localizada na comunidade denominada Vargem Grande, região do Vale do Peruçu no Município de Itacarambí.

A Fundação Nacional do Índio – FUNAI iniciou os estudos de identificação dessas áreas como parte integrante do Território Xakriabá no ano de 2007. Desde então, o acirramento dos conflitos vem aumentando constantemente na região. Fazendeiros têm feito constantes ameaças as lideranças indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2013

Brasília, 03 de setembro de 2013.

O estudo antropológico de identificação realizado pelo órgão indigenista FUNAI, bem como o levantamento fundiário das áreas reivindicadas já foram concluídos. Os índios reivindicam a publicação imediata do relatório fundiário no Diário Oficial da União.

Com informações do Conselho Indigenista Missionário – Regional Leste e Lideranças Xakriabá.



Deputados querem informações do IBGE sobre distribuição dos índios no Brasil

SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 02.09.2013

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia reúne-se com representantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quarta-feira (4) para avaliar a distribuição da população indígena no território nacional.

“O IBGE realizou três censos demográficos nas últimas décadas (1991, 2000 e 2010). Com essas informações, foi possível verificar o aumento de pessoas que se declararam indígenas e traçar um paralelo com as políticas públicas ligadas ao tema. Verificou-se, também, um processo migratório dessa população”, afirma o presidente da comissão, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).

Goergen explica que os representantes do IBGE poderão fornecer subsídios para o direcionamento e fiscalização das políticas públicas voltadas para as populações indígenas.

O encontro será realizado na sala da Presidência da comissão, às 14h30.

Reunião no Planalto

À tarde, um grupo de deputados da comissão será recebido pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. “Queremos saber da ministra com andam as tratativas sobre o decreto que prevê a inclusão de outros órgãos de governo nos processos de homologação de reservas”, adiantou Goergen.

A reunião será realizada às 14h30, no Palácio do Planalto.

Em audiência pública realizada em maio deste ano na Comissão de Agricultura, Gleisi Hoffmann anunciou mudanças no sistema de demarcação e garantiu a suspensão de novos processos. “Até agora, nem uma coisa nem outra aconteceu na prática”, criticou o deputado.

Da Redação/ND

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'



Nova Casa de Saúde vai melhorar atenção aos índios do Araguaia

SÍTIO ELDORADO FM, 02.09.2013

A nova Casa, construída em terreno de aproximadamente 10 mil metros quadrados.

Uma nova Casa de Saúde Indígena no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Xavante promete melhorar a qualidade do atendimento à comunidade de Barra do Garças. O prédio será inaugurado no próximo dia 16, em uma área localizada nas imediações ao Instituto Federal de Mato Grosso (antiga Escola Agrícola), na Radial Zampa.

A nova Casa, construída em terreno de aproximadamente 10 mil metros quadrados, é composta de consultórios, lavanderias, refeitório, enfermarias e alojamentos. Para a construção desta nova Casa de Saúde Indígena, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) está investindo R\$ 297 mil. "As instalações seguem, rigorosamente, os padrões exigidos pelo Ministério da Saúde, e a capacidade de atendimento, confortável, será em torno de 36 internos e mais 28 vagas para acompanhantes", disse o coordenador do DSEI, Luiz Soares. Segundo ele, 18 mil índios de 236 aldeias são atendidos provisoriamente em um prédio em Aragarças.

Outros investimentos

Além da nova Casa de Saúde Indígena do DSEI de Barra do Garças, a Sesai firmou contrato para a construção de uma Casa de Apoio à Saúde do Índio no município de Campinópolis, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2014 e construção de alojamento, reforma e ampliação dos 11 postos de saúde e perfuração de 45 poços nas 11 micro-áreas dos Xavante no Vale do Araguaia. A população Xavante está dividida, para fins de atendimento, em sete Terras Indígenas: Marechal Rondon, Pimentel Barbosa, Areões, Maraiwatsede, São Marcos, Sangradouro e Parabubure. (Com assessoria)